



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

01 – Contexto operacional O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural foi criado pela lei 8.315 de 23 de dezembro de 1991, e regulamentado pelo Decreto nº 566, de 10 de junho de 1992. Sua criação está prevista no art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT. “Art. 62 A lei criará o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) nos moldes da legislação relativa ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), sem prejuízo as atribuições dos órgãos públicos que atuam na área”

É uma Instituição Jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos, Paraestatal, mantida com recursos provenientes da contribuição compulsória sobre a comercialização de produtos agrossilvipastoris e Contribuição sobre a folha de salários do setor rural.

Foi criado pela Portaria de nº 06 em 19 de outubro de 1.995, pelo Presidente do Conselho Deliberativo do SENAR – Administração Central a Administração Regional do Distrito Federal. O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional do Distrito Federal, inscrito sob o CNPJ 04.275.413/0001-30, vinculado à Federação da Agricultura Pecuária do Distrito Federal – FAPE-DF, dirigido por um Conselho Administrativo (colegiado), constituído de representantes da Administração Central do SENAR, dos trabalhadores e dos produtores rurais, também conta com um Conselho Fiscal composto por membros da FAPE-DF, SENAR Administração Central e Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Distrito Federal e Entorno - FETADFE. O objetivo do SENAR-AR/DF é organizar, administrar e executar, no território do Distrito Federal, o ensino da Formação Profissional Rural – FPR e a Promoção Social- PS de profissionais da atividade rural e dos trabalhadores de agroindústrias e suas famílias, que atuem exclusivamente na produção de origem animal e vegetal.

02 – Apresentação das Demonstrações Contábeis As demonstrações contábeis são elaboradas com base nas práticas adotadas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a Lei 6.404 de 15/12/76, com alterações da lei nº 11.638 de 28/12/2007 e 11.941 de 27/05/2009.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com o regime de competência.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Pronunciamento Técnico de Contabilidade, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Resolução CFC 1.409/12 que aprova a ITG 2002 – Entidades sem finalidade de lucros.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras que são mensuradas pelo valor justo por meio de resultado.

Os itens que compõe as demonstrações são apresentados em Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Instituição atua.



As demonstrações financeiras são apreciadas pelo Conselho Fiscal e Conselho Administrativo, os conselhos emitem os pareceres da aprovação da prestação de Contas do Exercício de 2016.

03 - Principais Práticas Contábeis São observados os princípios do Regime de competência, Oportunidade, Valor e Prudência.

Aplicações Financeiras: Os valores aplicados são acrescidos os rendimentos proporcionais até a data final do exercício.

Estoques: O saldo do estoque é de materiais de consumo/expediente e são demonstrados pelo custo médio.

Apuração do Resultado: As receitas e despesas são contabilizadas pelo Regime de Competência.

Imobilizado: Registrado a custo de aquisição. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear e levamos em consideração a vida útil dos bens utilizamos a tabela permitida pela legislação e os mesmos não são ajustados a valor de mercado.

Passivos circulantes e não circulantes: São demonstrados pelos valores calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

Provisões: É reconhecida no balanço quando a Instituição possui uma obrigação legal.

04 - Caixa e Equivalente de Caixa As disponibilidades pertencentes à Instituição são representadas pelos recursos mantidos em espécie na tesouraria e pelas aplicações financeiras a curto prazo no Banco do Brasil S/A. As aplicações financeiras são indexadas à variação dos Certificados de Depósito Bancário - CDB, acrescidas os rendimentos proporcionais até a data do encerramento do exercício em conta específica no Banco do Brasil. Está suspensa à cobrança do Imposto de Renda sobre os rendimentos da aplicação Financeira, a regional optou em não fazer as provisões contábeis para eventuais contingências decorrentes da não retenção do referido tributo, tendo em vista que o SENAR DF possui imunidade de IRPJ por se tratar de Instituição de educação sem fins lucrativos conforme (CF/1988, art. 150, VI, "c")

05 - Contas a Receber Dotações Orçamentárias a Receber: As Dotações Orçamentárias a Receber no valor de R\$ 139.164,27 (Cento e trinta e nove mil cento e sessenta e quatro reais e vinte e sete centavos) advinda do INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social reconhecida em dezembro de 2016 e recebida no mês de janeiro de 2017.

06 – Estoque O saldo do estoque é resultante dos materiais adquiridos para uso da Instituição, constituídos especialmente por materiais de consumo e expediente para as finalidades educacionais. O controle de estoque é feito por meio do programa específico, onde são registradas as entradas e saídas de materiais por grupos. O método utilizado para controle é o custo médio ponderado.

07 – Antecipações a Empregados Não se aplica a Instituição.



08 – Ativo Imobilizado Terrenos - Representa a Importância em valor original de **R\$ 719.875,05**, zerado conforme segue:

Ao lavrar as escrituras das salas de números 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309 e 310, e Vagas de Garagem nº(s) 04, 05, 06, 07, 08, 10, 11 e 12, no 2º subsolo no cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal na data de 22/06/2016, situadas no prédio comercial denominado “Edifício FAPE”, Bloco “D” nº 10, da EQ-709/909 do SEP/SUL, desta Capital em nome do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional do Distrito Federal, inscrito no CNPJ sob nº 04.275.413/0001-30, escritura proveniente do Sindicato Rural do Distrito Federal respaldada pelos seguintes documentos: Instrumento Particular de Cessão de Direitos, Vantagens e Responsabilidades de 12 de dezembro de 2006 sua alteração realizada em 24 de setembro de 2009; Contrato de Promessa de Permuta de Imóveis e/ou Compra e Venda com pagamento em unidades a serem constituídas e outras Avenças realizado em 31 de março de 2009 e Termo de Acordo de Divisão de Áreas que celebraram o Sindicato Rural do Distrito Federal, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional do Distrito Federal e outros, realizado em 03 de novembro de 2011, acarretando nas seguintes contabilizações do balanço patrimonial conforme itens abaixo:

TERRENOS – A conta de Terrenos é demonstrada pelo custo de aquisição em conformidade com o Pronunciamento Técnico 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado emitidos pelo CPC, no valor de R\$ 719.875,06 (Setecentos e dezenove mil, oitocentos e setenta e cinco reais e seis centavos) no Ativo Imobilizado/Bens Imóveis/Terrenos. Após a definição na destinação do terreno com a construção de uma edificação erguida no local sem gastos pela Instituição e acompanhando o fato ocorrido, foi transferido o saldo da conta Terrenos para a conta Prédios, no valor de R\$ 719.875,06 (Setecentos e dezenove mil, oitocentos e setenta e cinco reais e seis centavos), que compõe parte do valor dos imóveis.

PRÉDIOS – O saldo da conta Prédios apresenta o valor do custo de aquisição de R\$ 719.875,06. A comissão de Inventário da Regional apresentou a avaliação patrimonial efetuada pela Câmara de Valores Imobiliários do Distrito Federal CVI/DF (Laudo Técnico de Avaliação nº 10.171-16), no valor de R\$ 2.324.317,82 (Dois milhões, trezentos e vinte e quatro mil, trezentos e dezessete reais e oitenta e dois centavos). A administração tomou a decisão do ajuste Patrimonial da conta do ativo imobilizado Prédios atualizando seu valor de acordo com a avaliação. O valor de R\$ 1.604.442,76 (Um milhão, seiscentos e quatro mil, quatrocentos e dois reais e setenta e seis centavos) é a diferença do saldo da conta prédios com a avaliação patrimonial e este, foi lançado na conta Prédios em contra partida a conta de Outras Receitas, trazendo o patrimônio a valor de mercado.

OUTRAS RECEITAS – Parte da conta de outras receitas é composta pelo ajuste patrimonial conforme citado anteriormente no valor de R\$ 1.604.442,76 (Um milhão, seiscentos e quatro mil, quatrocentos e dois reais e setenta e seis centavos).



4327 PREDIOS - Saldo atual da conta R\$ 2.324.317,82, assim distribuídos:

345	Sala 303 - Matrícula N°160.218	01/07/2016	R\$	249.274,24
346	Sala 304 - Matrícula N°160.219	01/07/2016	R\$	312.274,93
347	Sala 305 - Matrícula N°160.220	01/07/2016	R\$	249.415,28
348	Sala 306 - Matrícula N°160.221	01/07/2016	R\$	274.540,44
349	Sala 307 - Matrícula N°160.222	01/07/2016	R\$	248.427,89
350	Sala 308 - Matrícula N°160.224	01/07/2016	R\$	226.222,92
351	Sala 309 - Matrícula N°160.225	01/07/2016	R\$	226.081,06
352	Sala 310 - Matrícula N°160.226	01/07/2016	R\$	226.081,06
353	Garagem N°04 - Matrícula N°160.299	01/07/2016	R\$	39.000,00
354	Garagem N°05 - Matrícula N°160.300	01/07/2016	R\$	39.000,00
355	Garagem N°06 - Matrícula N°160.301	01/07/2016	R\$	39.000,00
356	Garagem N°07 - Matrícula N°160.302	01/07/2016	R\$	39.000,00
357	Garagem N°08 - Matrícula N°160.303	01/07/2016	R\$	39.000,00
358	Garagem N°10 - Matrícula N°160.304	01/07/2016	R\$	39.000,00
359	Garagem N°11 - Matrícula N°160.305	01/07/2016	R\$	39.000,00
360	Garagem N°12 - Matrícula N°160.306	01/07/2016	R\$	39.000,00
TOTAL			R\$	2.324.317,82

Os demais bens do Ativo Imobilizado foram registrados pelo custo de aquisição, não havendo reavaliação de bens, ajustados pelas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear e baseadas na vida útil do bem permitidos pela Legislação Tributária.

09 - Consignações s/ Folha O saldo encontra-se zerado devido ao recolhimento da contribuição sindical no exercício.



10 – Obrigações Previdenciárias Registra os encargos e obrigações a recolher, as obrigações previdenciárias encontram-se devidamente conciliadas e zeradas devido a Regional entrar em férias coletivas e antecipar as obrigações.

11 – Obrigações Tributárias: As obrigações tributárias também estão devidamente conciliadas e zeradas devido a Regional entrar em férias coletivas e antecipar as obrigações.

12 – Fornecedores Obedecemos ao regime de competência e a conta de fornecedores encerrou o exercício com as obrigações quitadas, a Regional tem como prática efetuar seus pagamentos à vista.

13 – Movimentação entre Unidades Empréstimo concedido pelo SENAR Administração Central no valor total de R\$ 232.544,00 (duzentos e trinta e dois mil quinhentos e quarenta e quatro reais), dividido em 20 parcelas, no exercício foi descontado no crédito mensal da Arrecadação que é repassado para a Regional o valor de R\$ 58.136,00 (cinquenta e oito mil cento e trinta e seis reais), zerando a obrigação.

14 – Convênios a Realizar

SEBRAE DF valor a realizar de **R\$ 141.657,52** (cento e quarenta e um mil seiscentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e dois centavos), sendo para o desenvolvimento do Projeto de Assistência Técnica e Gerencial ATEG o total de R\$ 112.000,00 (cento e doze mil reais), com o propósito da estruturação técnica e operacional do projeto, cumprindo a metodologia norteada pelo Senar Administração Central e o Programa Negócio Certo Rural – NCR o total e R\$ 29.657,52 (vinte e nove mil seiscentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e dois centavos), atende na área do Distrito Federal e Região Integrada de Desenvolvimento Econômico – RIDE, por meio de cursos e consultorias destinados aos produtores e trabalhadores rurais e suas famílias. Estes recursos serão aplicados com o prosseguimento do trabalho em 2017.

Bônus de Arrecadação as Administrações Regionais – BAR O recurso foi totalmente aplicado dentro do exercício, a prestação de contas foi enviada ao SENAR Administração Central.

PRONATEC O recurso foi totalmente aplicado dentro do exercício, a prestação de contas foi enviada ao SENAR Administração Central.

Rede e-Tec valor a realizar de R\$ 19.384,24 (Dezenove mil trezentos e oitenta e quatro reais e vinte e quatro centavos). Programa do Ministério da Educação – MEC instituído pelo Decreto nº 7.589, de 2011, com o objetivo de formar profissionais habilitados na aplicação dos procedimentos de gestão e de Comercialização do Agronegócio, visando os diferentes segmentos e cadeias produtivas da agropecuária brasileira.

ABC Cerrado valor a realizar de R\$ 22.326,44 (Vinte e dois mil trezentos e vinte e seis reais e quarenta e quatro centavos). O Projeto ABC Cerrado dissemina práticas de agricultura de baixa emissão de carbono e estimula o produtor a investir na sua propriedade, para impulsionar a



produtividade e a renda preservando o meio ambiente. O projeto é desenvolvido em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, com recursos do Programa de Investimento em Florestas – FIP do Banco Mundial.

Assim que realizados serão contabilizados de acordo com a Nota Técnica nº041/DAF/2013 da Aplicabilidade da Resolução do CFC Nº 1409/12 que aprova a ITG 2002 Entidades sem Finalidade de Lucros. O valor total a realizar é de R\$ 183.368,20 (Cento e oitenta e três mil trezentos e sessenta e oito reais e vinte centavos).

15 – Provisões Trabalhistas e Tributárias: São contabilizadas mensalmente as provisões trabalhistas para férias e 13º salário, incluindo os encargos. Conforme citado na Nota 11 e 12 devido às férias coletivas as obrigações foram zeradas.

16 – Composição do Patrimônio Líquido É representado pelos resultados acumulados.

Superávit Acumulados refere-se a resultados apurados em exercício anteriores

Superávit/Déficit do exercício representa o resultado auferido no exercício social corrente, esses valores são absorvidos pelo patrimônio social.

17 – Demonstrativos de Despesas/Receitas Demonstração contábil que discrimina o saldo das contas de receitas e despesas, comparando o previsto com o executado do ponto de vista da execução orçamentária. O valor orçado das receitas correntes é de R\$ 3.815.100,00 (três milhões, oitocentos e quinze mil e cem reais), e efetivada o valor R\$ 4.262.773,56 (quatro milhões, duzentos e sessenta e dois mil setecentos e setenta e três reais e cinqüenta e seis centavos), registramos o percentual total a mais de 11,73%. Evidenciamos uma variação significativa entre os valores orçados e realizados de outras receitas motivados por ajustes conforme explicação na “nota técnica 08 - Prédios/Outras Receitas”. Nas receitas de contribuições sociais o valor orçado de R\$ 2.770.000,00 (Dois milhões, setecentos e setenta mil reais), comparados com o valor realizado ficou aquém 24,29%. As transferências de instituições privadas orçadas no valor de R\$ 580.000,00 (Quinhentos e oitenta mil reais), comparados com o valor realizado ficou aquém 21,05%, este, devido realização parcial dos Programas Especiais; Rede e-Tec Brasil, ABC Cerrado e Assistência Técnica e Gerencial ATEG.

O valor orçado para as despesas operacionais é de R\$ 3.815.100,00 (Três milhões, oitocentos e quinze mil e cem reais), e efetivada o valor de R\$ 3.435.103,63 (três milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, cento e três reais e sessenta e três centavos). Comparado o valor orçado da despesa com o realizado ficou aquém 9,96%. Destacamos o código 8729 Qualificação Prof. Área Agrop. e Agroindústria - Recursos Próprios, orçados em R\$ 2.410.000,00 (Dois milhões, quatrocentos e dez mil reais) e realizados o valor de R\$ 2.141.273,13 (Dois milhões, cento e quarenta e um mil duzentos e setenta e três reais e treze centavos), efetivamos menos do programado o valor de R\$ 268.726,87 (Duzentos e sessenta e oito mil setecentos e vinte e seis reais e oitenta e sete centavos), que representa o percentual de 11,15%. As transferências de instituições privadas orçadas no valor de R\$ 580.000,00 (Quinhentos e oitenta mil reais), comparados com o valor realizado ficou aquém 21,05%, este, devido



realização parcial dos Programas Especiais: Rede e-Tec Brasil, ABC Cerrado e Assistência Técnica e Gerencial ATEG.

18 – Demonstração do Resultado do Exercício: Houve crescimento das Receitas Operacionais motivadas pela movimentação de ajustes patrimoniais. Após confronto das Receitas com as Despesas foi apurado um resultado superavitário de R\$ 827.670,00 (oitocentos e vinte e sete mil seiscentos e setenta reais).

19 - Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido: Nessa demonstração é possível observar a movimentação da conta que integra o Patrimônio Líquido ao longo do exercício. Em 2016 ocorreu superávit, causando uma variação positiva no PL de 45,12%.

20 – Relação de Despesas: A Regional cumpriu com o disposto do Regimento Interno da aplicabilidade dos recursos próprios utilizados, 84,09% na atividade fim e 15,91% na atividade meio.

\$

&

at